John Stuart Mill e a utilidade da liberdade: uma perspectiva liberal

*Aline Matos da Rocha*¹

RESUMO:

O presente texto busca pensar a noção de liberdade vinculada com a de utilidade, esta entendida a partir da tradição do Utilitarismo como algo que produza máxima felicidade para o maior número possível de pessoas. Para isto, utilizou-se a concepção de liberdade proposta pelo filósofo inglês John Stuart Mill, que a compreende no âmbito estritamente individual, fundamentada nos interesses permanentes do próprio indivíduo e na interferência mínima dos outros e da autoridade pública.

PALAVRAS-CHAVE:

Liberdade individual. Utilidade. John Stuart Mill.

1. Mestranda em Filosofia na Universidade Federal de Goiás - UFG

John Stuart Mill and the utility of liberty: A liberal perspective

Aline Matos da Rocha

ABSTRACT:

This paper seeks to examine the notions of liberty linked to utility, according to the utilitarian tradition as something that generates the maximum happiness for the greater number of people possible. Thus, it was used the concept of liberty proposed by the English philosopher John Stuart Mill, who understands it in a strictly individual context, grounded on permanent interests of man and on the minimal interference from others and from the public authority.

KEYWORDS:

Individual. liberty. Utility. John Stuart Mill.

Introdução

As condições favoráveis para o desenvolvimento do ser humano são as de liberdade, sobretudo liberdade individual, a qual possibilita que a existência humana progrida de modo pleno. Esta perspectiva mobilizou o pensamento do filósofo inglês John Stuart Mill, que concebe a liberdade individual como um campo aberto e fértil para o cultivo do progresso do indivíduo e da sociedade.

Partindo da percepção do que é liberdade proposta pelo filósofo inglês, relacioná-la-emos com a de utilidade, tendo em vista a filiação de Mill à tradição do Utilitarismo, segundo a qual a utilidade é compreendida como aquilo que produz a máxima felicidade para o maior número possível de pessoas. Nesse contexto, felicidade significa o aumento dos prazeres e a diminuição das dores. Desse modo, a noção de utilidade mencionada no presente texto se remeterá ao Utilitarismo, em que aquela está ligada a prazer. Nesse sentido, temos a intenção de refletir acerca da noção de utilidade e o seu papel na compreensão da liberdade, sendo esta desejável por nos conduzir à felicidade.

Em face do exposto, percorreremos de modo sucinto as ressonâncias da ideia de liberdade vinculada com a noção de utilidade, focando a relevância da liberdade de pensamento e de discussão e a importância dessas liberdades na plena manifestação do indivíduo, bem como para a construção de uma sociedade intelectualmente ativa, tolerante e que considere a diversidade. Em seguida, traçamos o entendimento da individualidade como o espaço da liberdade, assim como um antídoto à assimilação das massas e à constante uniformização do indivíduo incitada pela sociedade. Com os olhos voltados para outras perspectivas, convocamos a visão do filósofo britânico Isaiah Berlin como um contraponto à de Mill. Cabe ressaltar que as ideias de Berlin não serão objetivadas de modo a se sobrepor às de Mill, mas a pensarmos por outro ângulo.

Em defesa da liberdade de pensamento e de discussão

Não há liberdade se não for respeitado o direito que cada indivíduo tem de expressar seus pensamentos. Esse é um dos princípios fundamentais que orientam o pensamento de John Stuart Mill, que valoriza o potencial dos seres humanos para a liberdade. Contudo, ele reconhece as limitações que as pessoas demonstram ao não conseguirem desenvolver essa capacidade e ao criarem obstáculos para os demais quando desejam tornar-se tiranos sobre os outros através da imposição de seu próprio modo de pensar. No entanto, existe um pensamento que não seja potencialmente tirânico?

A História sempre presenciou a submissão de um pensamento a outro, culminando no silenciamento de opiniões e de discussões distintas das comumente vigentes. Esse emudecimento está constantemente presente no que se refere à religião, à política e à moral, áreas nas quais há uma cristalização de opiniões, ou seja, há uma cristalização do que se pode expressar no tocante a qualquer um desses assuntos, o que contrapõe a noção de liberdade de pensamento proposta por Mill, que consiste na livre expressão e contraste com outras opiniões. Segundo o filósofo, o espírito humano, apenas exposto a outras opiniões, poderá compreender melhor as suas e corrigi-las.

Levando em consideração que “o hábito constante de corrigir e completar a própria opinião cotejando-a com a de outros, longe de gerar dúvidas e hesitações ao pô-la em prática, constitui o único fundamento estável para que nela se tenha justa confiança” (MILL, 2000, p. 34). É fundamental se pensar que a firme convicção em uma opinião nem sempre é algo em que devemos depositar inteira confiança.

Devemos ter uma perspectiva crítica em relação à opinião frequentemente disseminada no meio social sob o véu da verdade. O fato de uma opinião se apresentar como verdadeira está justificado em ambições humanas. Tendo em vista que é mais fácil aliciar alguém para uma religião ou convicção política espalhando a ideia de que as opiniões presentes naquelas são todas verdadeiras, o contrário seria absurdo. Porém, segundo Thomas Nagel, se os indivíduos alimentassem constantemente a sensação do absurdo, seria mitigada a pretensão de que uma determinada opinião é a perspectiva única. Para Nagel (1979, p. 13), “os argumentos padrões para o absurdo parecem consequentemente falhar como argumentos. Entretanto, acredito que tentam expressar algo que é difícil de formular, mas fundamentalmente correto”. Até que ponto o que tomamos como verdadeiro é de fato verdade?

De acordo com Mill (2000, p. 46), “é um exemplo de sentimentalidade ociosa supor que a verdade, meramente por ser verdade, possua o poder inerente, negado ao erro, de prevalecer contra o calabouço e o cadafalso”. Em virtude disso, as opiniões frequentemente necessitam ser ponderadas para que o pensamento exponha sua fragilidade e afrouxe os afetos de verdade, devolvendo às diferentes visões de mundo a condição de perspectiva. Não podemos arrogar que uma determinada opinião é verdadeira *per se* e nem dar por encerrada a discussão que a toca, tendo em vista que uma opinião, sobre a qual repouse o silêncio da unanimidade, pode transmitir uma verdade que, se não inspecionada, serve ao propósito de subjugar os indivíduos. Cabe ressaltar que a opinião pode ser verdadeira, mas isso não nos dispensa de revisita-la.

O filósofo inglês está chamando nossa atenção para o fato de que uma opinião pode até conter alguma verdade, mas isso não implica que ela não deva ser questionada. É possível estabelecermos uma analogia entre essa proposta e a célebre obra de Karl Popper, *A Lógica da Pesquisa Científica* (2001), em que o erro, ao invés de ser algo evitado em qualquer teoria científica, é o que constitui o princípio fundamental pelo qual a ciência se move. Nesse sentido, uma teoria, para ser verdadeiramente científica, tem que ser suscetível à falseabilidade por meio da experimentação, sendo isso o que

possibilita o desenvolvimento e o avanço do conhecimento. Retornando a Mill, inferimos que confrontar uma opinião com outra é o que viabiliza o enriquecimento e a expansão intelectual e moral do indivíduo.

A ausência de discussão impossibilita questionarmos as razões e os princípios pelos quais uma opinião foi estabelecida. Assim, é preciso que haja um espaço de livre discussão no qual possamos amainar o campo do opinável e mostrar que aquilo ao qual nos apegamos tão ferreamente pode não possuir um solo tão firme. E isso só se dá através dos conflitos entre opiniões, os quais demonstram que o indivíduo que só conhece um lado da moeda não a conhece de modo consistente.

A individualidade como o espaço da liberdade

Dissolvido entre outros, o indivíduo perde a si mesmo, já não se reconhece como um ser singular, excepcional, e não considera que possa exercer qualquer influência na sociedade. Delega suas escolhas para aquela que o sufoca e padroniza. Um dos meios mais perversos de manter as pessoas em constante dominação é através da dissolução da individualidade, em razão da qual os sujeitos não conseguem mais identificar sua importância e aceitam os infortúnios sem oferecer-lhes resistência.

Contudo, se a individualidade estivesse presente em cada pessoa, inviabilizaria que elas fossem – tão docilmente – domesticadas e submetidas ao despotismo, no qual qualquer que seja a forma adotada para se expressar visa aniquilar a individualidade, o espaço legítimo para o exercício da liberdade. Assim, é salutar o cultivo da individualidade. Esta nos faz ver por nossos próprios olhos os grilhões que são/estão invisíveis, mas que existem. A frase de Rousseau (1997, p. 53), em *Do Contrato Social* (1997) traduz essa imagem, “o homem nasce livre, e por toda parte encontra-se em ferros”. Somos atados e atadas a correntes estabelecidas socialmente, as quais pretendem controlar nossas opiniões e escolhas. As opiniões e escolhas estão para além da capacidade de raciocínio e são o que nos distingue dos animais, por sermos capazes de escolher e não simplesmente sermos escolhidos e escolhidas.

A necessidade de escolha é uma característica da condição humana. Tendo em vista que a vida prática nos reclama escolhas o tempo todo, estas são expressões do que somos, bem como são as manifestações pelas quais o indivíduo, vivendo em meio a outros, particulariza-se e se diferencia. No entanto, a diferença não é almejada em uma sociedade que constantemente padroniza e conforma os indivíduos como seres muito semelhantes em termos de ideias e comportamentos. O fato de pertencermos a uma dada sociedade não significa, necessariamente, que devemos partilhar de modo obstinado dos seus costumes e crenças, tampouco, manifestar em nossas preferências total conformidade com o que é determinado pela maioria, o que muitas vezes se

manifesta de forma tirânica, por uma ditadura de como o indivíduo deve viver, e impede, assim, que sua individualidade se revele, isto é, que a sua liberdade seja exercida. Em virtude disso, o direito à liberdade deve ser reivindicado, uma vez que há uma constante padronização dos indivíduos a modelos pré-concebidos.

Nisto reside um risco iminente de se viver em uma sociedade que dita os modos como cada um deve ser, excluindo a diversidade, sem proporcionar o reconhecimento e o convívio com quem se expressa de modo diferente, com quem vive sua individualidade reconhecendo que ela só diz respeito a si mesmo. Segundo Mill (2000, p. 86), “é desejável que, nas coisas que não dizem respeito primeiramente a outros, faça-se valer a individualidade”. Trata-se do direito de cada um, sem oprimir a outros, de fazer valer sua individualidade em proveito próprio. Ainda que os indivíduos estejam inseridos em um âmbito social que os proteja, a comunidade não deve coagi-los injustamente, porém, pode exigir certas restrições comportamentais a fim de que a conduta de cada pessoa não lese as preferências das demais.

Dessa forma, temos o direito de manter nossa individualidade desde que respeitado o direito dos outros de também a possuir. E o fato de cada um manifestar seu próprio modo de ser não constitui um empecilho à coletividade, mas, ao contrário, desenvolve-nos e institui um bem mais amplo. Para Mill:

Se todos sentissem que o livre desenvolvimento da individualidade constitui um dos primeiros fundamentos do bem-estar, que não se trata unicamente de um elemento coordenado a tudo quanto se designa pelos termos civilização, instrução, educação, cultura, mas que antes de mais nada se trata de uma parte e uma condição necessárias de todas essas coisas, não haveria risco de se subestimar a liberdade, e o ajustamento dos limites entre elas e o controle social não apresentaria nenhuma dificuldade extraordinária. No entanto, o mal está na dificuldade dos modos comuns de pensamento em reconhecer que a espontaneidade individual possui um valor intrínseco, ou que mereça qualquer atenção por si mesma. A maioria satisfeita com os rumos que os homens ora tomam (pois são eles que convertem esses rumos no que são), não consegue compreender porque tais rumos não seriam suficientemente bons para todos; e, mais ainda, a espontaneidade não faz parte do ideal acalentado pela maioria dos reformadores morais e sociais, sendo vista antes com desconfiança, como uma obstrução perturbadora e talvez rebelde à aceitação generalizada do que tais reformadores, segundo seu próprio parecer, julgam o melhor para a humanidade. (MILL, 2000, p. 87)

Não obstante, quem deve julgar o que é melhor para a humanidade é ela própria, formada basicamente por pessoas singulares, as quais são as únicas a reconhecer realmente bem a si mesmas. Por esse motivo, em seus assuntos particulares, elas devem ser soberanas. Transferir isso para outrem constitui recusar a individualidade, logo,

a liberdade, o fim para o qual todos os indivíduos devem manter os olhos voltados. Em vista disso, Mill torna tão sagrada e útil a individualidade, pois ela é o antídoto contra a tendente dominação dos costumes e a assimilação das massas. Sua tese é que o “contrapeso e o corretivo para essa tendência deveria ser a individualidade cada vez mais pronunciada dos que se elevam às mais superiores eminências do pensamento” (MILL, 2000, p. 102).

No entanto, é preciso levar em consideração que não são todos que desejam a liberdade, entendida a partir de Mill como o constante exercício da individualidade. Muitas pessoas se sentem perfeitamente confortáveis assimiladas no que é comum, visto que o cultivo da individualidade, em objeção ao costumeiro, pode ser socialmente considerada uma falta moral. Muitas vezes, quem é diferente vê-se depreciado por ser entendido como excêntrico, e há um grande incentivo para nos tornarmos intolerantes a qualquer manifestação da diferença. Nesse contexto, travamos luta contra a individualidade. Segundo Mill:

Julgamos que fariamos maravilhas se nos tornássemos todos iguais, esquecendo-nos, porém, de que a diferença de uma pessoa para outra é, em geral, a primeira coisa que chama a atenção de cada uma delas para a imperfeição de seu próprio tipo, para a superioridade da outra, ou para a possibilidade, mediante a combinação das vantagens de ambas, de produzir algo melhor do que uma e outra. (MILL, 2000, p. 109)

Dessa forma, o que movimenta o mundo é a diferença que concebe frequentemente o original, isto é, sermos nós mesmos sem copiar os outros. Sem a originalidade, o mundo seria completamente previsível. Viveríamos num mundo em que as pessoas seriam todas iguais e seguiriam os mesmos pensamentos. Num mundo assim, as pessoas “lêem as mesmas coisas, ouvem as mesmas coisas, vão aos mesmos lugares, têm suas esperanças e seus medos orientados para os mesmos objetos” (MILL, 2000, p. 111). Cada indivíduo seria igual ao outro e expressaria os mesmos pensamentos e preferências hegemonicamente concebidos e arquitetados em prol da redução das pessoas a lugares comuns, a uma superfície na qual a diversidade não seria acentuada por não haver espaço para ela. Por isso, é fundamental a individualidade, visto que torna as pessoas livres e diferentes entre si.

Os impasses da liberdade individual

Do mesmo modo que as pessoas, as teorias não são redentoras e possuem defeitos. Assim, o que expomos sobre o pensamento de Mill nos mobiliza a pensar.

Contudo, devemos fazê-lo através da não evidência, já que este é um dos movimentos da crítica, “tornar difícil os gestos mais simples” (FOUCAULT, 2010, p. 356). Nesse sentido, consideramos relevante e útil (prazeroso) o que o filósofo nos propõe, mas a sua concepção é uma perspectiva dentre tantas outras. Liberdade, se é que exista a possibilidade de ser concebida, precisa ser confrontada com outras paisagens. Levando em consideração o pensamento de Arendt (1990, p. 188), reconhecemos que “se torna tão impossível conceber a liberdade ou o seu oposto quanto entender a noção de um círculo quadrado”.

Sem esse horizonte, o entendimento que Mill possui do que é liberdade pode tornar-se uma opinião indubitavelmente verdadeira, algo que vai contra a própria perspectiva do filósofo, segundo a qual é uma incessante ameaça à liberdade o encarceramento do indivíduo em opiniões consideradas verdadeiras que o levem a confiar nelas sem se permitir a dúvida. Isso significa que a exaltação de Mill à liberdade individual possui seus impasses, uma vez que se deve levar em conta tanto a impossibilidade da concepção quanto os sentidos da palavra “liberdade”. Berlin, em *Quatro ensaios sobre a liberdade* (1969), não tenciona examinar os vários sentidos da palavra, entretanto, concentra-se em duas das suas expressões, a liberdade negativa e a liberdade positiva. Em Berlin (1969, p. 136):

Proponho examinar apenas dois desses sentidos – mas aqueles sentidos capitais, com significativa parcela da história humana por detrás deles e, eu poderia mesmo dizer, ainda pela frente. O primeiro desses sentidos políticos de liberdade individual ou liberdade institucional (farei uso de ambas as expressões para dizer a mesma coisa), o qual (com base em muitos precedentes) chamarei de sentido ‘negativo’, vem incorporado na resposta à pergunta ‘Qual é a área em que o sujeito – uma pessoa ou um grupo de pessoas – deve ter ou receber para fazer o que pode fazer, ou ser o que pode ser; sem que outras pessoas interfiram?’ O segundo, que chamarei de sentido positivo, vem incorporado na resposta à pergunta ‘O que ou quem é a fonte de controle ou de interferências que pode determinar que alguém faça ou seja tal coisa e não outra?’. (BERLIN, 1969, p. 136)

Ambas as expressões de liberdade expõem a perspectiva liberal, que trata dos limites da interferência – especialmente a da lei – na vida do indivíduo, visto que a liberdade negativa consiste em não sofrer interferência dos outros. Já a liberdade positiva exprime a necessidade e o desejo do indivíduo de ser soberano sobre si mesmo.

Sob os sentidos negativo e positivo de liberdade, Berlin ressalta que o conceito de liberdade individual idealizado por Mill é questionável, visto que não podemos esquecer que as concepções de liberdade formuladas por cada filósofo são engendradas com base em uma determinada noção de pessoa. A de Mill é extremamente racional, autoconsciente e civilizada, noção que reflete uma demanda por liberdade que não corresponde

à maioria dos seres humanos. Da mesma forma, não podemos perder de vista o modo como cada autor compreende a liberdade e a coloca como referência para ordenar as relações sociais, já que ela se refere essencialmente ao convívio entre os indivíduos.

Cabe ressaltar que Mill reconhece que não vivemos sozinhos, isto é, não podemos simplesmente negar que o nosso ser individual não se relaciona com outros. Isto demanda que, nas relações sociais, os indivíduos respeitem a liberdade uns dos outros, como também que a sociedade estabeleça proteções para os direitos de todos, a fim de que os indivíduos possam atuar sem interferências. No entanto, as nossas ações individuais, mesmo que as julgemos como dizendo respeito somente a nós mesmos, atingem inevitavelmente outras pessoas. Segundo Berlin (1969, p. 137), “os homens em grande parte são interdependentes e a atividade de nenhum homem é tão completamente privada, que nunca venha a obstruir as vidas dos outros de uma forma ou de outra”. Ou seja, muitas vezes a liberdade de alguns se dá em detrimento da liberdade de outros, como nos lembra Berlin:

‘A liberdade do tubarão é a morte para as sardinhas’ – a liberdade de alguns precisa depender da limitação de outros. ‘Liberdade, para um diplomado de Oxford – como se sabe que já foi dito por alguns –, é algo muito distinto do que é a liberdade para um camponês egípcio’. (BERLIN, 1969, p. 137)

Como conciliar essa gritante diferença de sentidos da liberdade, assim como a restrição de liberdade para alguns em benefício de outros, o que nos leva a considerar que, de fato, alguns desfrutam de liberdade à custa da exclusão e exploração de outros? Dessa forma, a liberdade no sentido de liberdade individual não está relacionada com uma autêntica partilha do mundo com outras pessoas. De acordo com Berlin:

O que desnorteia as consciências dos liberais do Ocidente, a meu ver, não é a crença de que a liberdade buscada pelos homens difira segundo as condições sociais e econômicas de cada um, mas que a minoria que a possui chegou a ganhá-la através da vasta maioria que não a possui, ou pelo menos escapando à visão dessa maioria. (BERLIN, 1969, p. 138)

Isso significa que não podemos universalizar a noção de liberdade individual, pois esta não é a única utilidade estimável na liberdade, já que não corresponde plenamente a satisfação e felicidade do maior número possível de pessoas, as quais, em sua grande maioria, não a considera como algo que tenha tanta importância em suas vidas. Para muitos indivíduos, de que vale a liberdade individual se não há meios materiais para desfrutá-la? Para quem se encontra nessas condições, “o fator que rege suas ações e sua conduta não é a liberdade, mas as necessidades da vida e a preocupação com sua preservação” (ARENDDT, 1990, p. 194-195).

Para o camponês egípcio mencionado por Berlin, assim como para as pessoas que vivem com poucos recursos materiais, o mais importante é preservar suas vidas. Desse modo, propiciar “direitos” ou “benefícios”, tendo em vista o alargamento do âmbito pessoal em oposição à interferência por parte do Estado, para pessoas que não têm o que comer não corresponde a uma real preocupação com a liberdade. Ou seja, para que o indivíduo usufrua de liberdade individual, ele primeiro precisa ser realmente reconhecido como um indivíduo, não apenas em relação ao que Mill visualiza como individualidade, a qual é importante e útil, mas não atende a todas as pessoas.

Considerações finais

Este texto, para além de estabelecer reflexões prontas, é um percurso, bem como um convite para pensarmos a concepção de liberdade formulada por Mill, vinculando-a com a de utilidade ou de doutrina da maior felicidade. Entretanto, consideramos que tal concepção é mais uma perspectiva dentre outras acerca do que é liberdade, um tema que sempre levanta questões que não podemos deixar de enfrentar.

O fato de existirem autores – e Mill é um deles – que tentaram responder à pergunta “o que é liberdade?” não pode ser motivo para que nos apeguemos às suas respostas. Não há nada mais nocivo do que sermos absolutamente convictos, pois o pensamento dogmático pode nos infectar. Portanto, o pensamento de Mill nos fornece algumas respostas que consideramos úteis. No entanto, pode ser que a liberdade (este conceito abstrato) não se expresse da forma como o filósofo pensou, mas ela serviu como referência para iluminar o seu caminho e – considerando os limites – pode servir como guia para iluminar o nosso.

Referências bibliográficas

ARENDT, H. O que é liberdade. In: **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990. p. 188-220.

BERLIN, I. Dois conceitos de Liberdade. In: **Quatro ensaios sobre a Liberdade**. Trad. Wamberto H. Ferreira. Brasília: Editora UnB, 1969, p. 133-175.

FOUCAULT, M. É Importante Pensar? (Conversa com D. Eribon). In: **Ditos e Escritos VI: Repensar a Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MILL, J. S. **A Liberdade; Utilitarismo**. Trad. Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NAGEL, T. The absurd. In: **Mortal Questions**. Cambridge University Press, 1979. p. 11-23.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. Trad. Leonidas Hegenberg; Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2001.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Col. Os Pensadores).